



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Entre acesso e permanência: Mulheres negras de primeira geração

Sâmia Maria Curto de Jesus¹

1 Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil institucionalizou políticas sociais voltadas à democratização do acesso ao ensino superior (Moraes; Spessatto, 2020). A política de cotas abrange estudantes oriundos da rede pública ou de instituições comunitárias, incluindo pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, pessoas com deficiência (PcD) e, mais recentemente, comunidades quilombolas, além daqueles provenientes de famílias com renda familiar bruta mensal per capita igual ou menor a um salário mínimo (Brasil, 2012; 2024). Se por um lado, as ações afirmativas são resultado de históricas lutas sociais protagonizadas pelo Movimento Estudantil e pelo Movimento Negro (Silva; Borba, 2018), por outro, o acesso traz consigo demandas por permanência e pós-finalização do Ensino Superior. A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2010), recentemente reformulada (Brasil, 2024), busca garantir condições materiais à permanência de estudantes no ensino superior. A nova PNAES ampliou o público atendido, mas não aumentou o orçamento (Prada et al, 2026), evidenciando os limites históricos para sua execução. Este trabalho² investiga as trajetórias de mulheres negras de primeira geração no ensino superior federal localizadas no sudeste do Brasil, analisando a relação entre a assistência estudantil e a manutenção ou superação das desigualdades sociais. Realizado Survey, com uso de questionário online com estudantes de 19 Universidades Federais localizadas na região (recebidas 124 respostas de 16 IES). Para análise utilizamos estatística descritiva e 2 eixos: a) quem são as estudantes (idade, renda); b) que modalidade de assistência estudantil acessam.

As estudantes tem idades entre 18 e 58 anos (mediana de 22 anos). São meninas que provêm de famílias pobres (69,8% tinham renda familiar mensal de até dois salários mínimos) e 84,7% acessaram a IES por meio das cotas. O auxílio pecuniário foi o principal mecanismo de permanência (74,2% das estudantes). 46,8% das estudantes tiveram que mudarem de municipalidade para acessar o ensino superior, mas apenas

¹ Graduanda em Serviço Social/UFES. Bolsista de IC/UFES. E-mail: samiamariacurto123@gmail.com

² É um recorte do projeto “Refletindo a experiência vivida por mulheres universitárias de primeira geração com assistência estudantil no Brasil, Finlândia e Escócia” (CNPq).

2,4% receberam auxílio moradia. A luta pela permanência dessas estudantes deve transcender políticas restritas de acesso e assistência estudantil, demandando a políticas que assegurem condições materiais adequadas de sobrevivência, como moradia, alimentação e transporte.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Brasília: DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 24 abr. 2026.

_____. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 3 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

SILVA, Leonardo Barbosa; MARQUES, Felipe Jabali. A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, n. 1, e112696, 2022.

MORAES, Nídia de Jesus; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. Ensino superior público no Brasil: o percurso histórico e o papel da assistência estudantil no acesso e permanência dos estudantes. **ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7, n. 4, p. 16-42, dez. 2020.

PRADA, T. et al. **A “nova” Política Nacional de Assistência Estudantil**: mas o que tem de novo?, 2026 [no prelo].